

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2010 e de 2009, bem como o Parecer dos Auditores Independentes.

 São Paulo, 19 de agosto de 2010. **A Diretoria.**
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E 2009
(Em milhares de Reais)

	2010	2009		2010	2009
Ativo			Passivo		
Circulante	2.027.816	2.081.806	Circulante	1.497.946	1.701.010
Disponibilidades	1.843	1.308	Depósitos	499.801	707.533
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	318.202	660.854	Depósitos à vista	295	734
Aplicações no mercado aberto	89.996	459.996	Depósitos em depósitos bancários	282.559	349.215
Aplicações em depósitos interfinanceiros	55.539	200.858	Depósitos a prazo	246.947	357.584
Aplicações em moedas estrangeiras	172.665	-	Captações no Mercado Aberto	8.691	850
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	777.459	665.730	Carteira própria	8.691	850
Carteira própria	714.162	373.411	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	18.009	217.098
Vinculados à compra de títulos	8.702	852	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de créditos e similares	18.009	217.098
Vinculados à prestação de garantias	45.947	264.601	Relações Interdependências	1.463	3
Instrumentos financeiros derivativos	8.648	26.896	Recursos em trânsito de terceiros	1.463	3
Relações Interfinanceiras	186	16.943	Obrigações por Empréstimos	564.618	398.988
Créditos vinculados	-	-	Empréstimos no exterior	564.618	398.988
Depósitos no Banco Central do Brasil	18	16.674	Obrigações por Repasses do Exterior	224	721
Correspondentes	168	269	Repasses do exterior	224	721
Operações de Crédito	161.141	191.451	Instrumentos Financeiros Derivativos	4.636	28.616
Operações de crédito - setor privado	165.811	191.451	Instrumentos financeiros derivativos	4.636	28.616
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (-)	(4.670)	-	Outras Obrigações	400.504	347.201
Outros Créditos	768.819	545.160	Carteira de câmbio	379.813	333.551
Carteira de câmbio	761.687	539.979	Fiscais e previdenciárias	13.750	8.109
Rendas a receber	10	9	Negociação e intermediação de valores	28	10
Negociação e intermediação de valores	-	193	Diversas	6.913	5.331
Diversos	21.235	10.842	Exigível a Longo Prazo	144.514	808.942
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (-)	(14.113)	(5.863)	Depósito	14.371	44.800
Outros Valores e Bens	165	360	Depósitos interfinanceiros	10.733	8.273
Outros valores e bens	165	360	Depósitos a prazo	3.638	36.527
Despesas antecipadas	156	349	Obrigações por Empréstimos	-	210.108
Realizável a Longo Prazo	90.394	924.165	Empréstimos no exterior	-	210.108
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	351.048	Obrigações por Repasses do Exterior	99.983	108.314
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	165.460	Repasses do exterior	99.983	108.314
Aplicações em moedas estrangeiras	-	182.588	Outras Obrigações	30.160	445.720
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	3.375	7.456	Carteira de câmbio	21.149	392.494
Instrumentos financeiros derivativos	3.375	7.456	Fiscais e previdenciárias	44.533	6.913
Operações de Crédito	47.302	117.459	Diversas	9.011	8.693
Operações de crédito - setor privado	47.302	117.459	Resultados de Exercícios Futuros	648	444
Outros Créditos	39.717	448.202	Resultados de exercícios futuros	648	444
Carteira de câmbio	39.717	406.985	Patrimônio Líquido	480.836	503.470
Diversos	-	39.217	Capital próprio	14.371	44.800
Permanente	5.735	7.895	De domiciliados no exterior	347.132	347.132
Investimentos	249	412	Reserva de capital	3.360	3.360
Outros investimentos	249	412	Reserva de lucros	20.867	18.264
Imobilizado de Uso	5.470	7.405	Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	70	689
Outros imobilizados de uso	10.707	39.217	Lucros acumulados	109.407	134.025
(-) Depreciações acumuladas	(5.237)	(5.792)	Total do Passivo	2.123.944	3.013.866
Intangível	-	35			
Gastos de organização e expansão	51	51			
(-) Amortização acumulada	(51)	(51)			
Diferido	16	43			
Gastos com aquisição e desenvolvimento de sistemas	919	1.070			
(-) Amortização acumulada	(903)	(1.027)			
Total do Ativo	2.123.944	3.013.866			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E 2009
(Em milhares de Reais)

Eventos	Capital		Reserva de lucros - Legal		Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos		Lucros acumulados		Total
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	
Saldos em 31 de dezembro de 2008	347.132	3.360	16.213	970	95.066	462.740			
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	-	-	-	(281)	-	(281)			
Lucro líquido do semestre	-	-	2.051	-	41.011	41.011			
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	(2.051)	(2.051)			
Saldos em 30 de junho de 2009	347.132	3.360	18.264	689	134.025	503.470			
Saldos em 31 de dezembro de 2009	347.132	3.360	20.112	385	95.066	466.054			
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	-	-	-	(315)	-	(315)			
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	15.087	15.087			
Constituição de reserva legal	-	-	755	-	(755)	-			
Saldos em 30 de junho de 2010	347.132	3.360	20.867	70	109.407	480.836			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 30 DE JUNHO DE 2010 E 2009
(Em milhares de Reais)
1. CONTEXTO OPERACIONAL

O ING Bank N.V., Filial de São Paulo (Filial), por meio de autorização outorgada pelo Decreto nº 94.368, de 25 de maio de 1987, opera no Brasil como filial do ING Bank N.V. de Amsterdã, Holanda, a qual possui totalidade do capital da filial. A Filial está autorizada a praticar operações de banco comercial, inclusive câmbio, administração de carteiras e custódia de títulos e valores mobiliários.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras são preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, e normas emanadas do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, e incluem estimativas contábeis que consideram fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a provisão para contingências, registradas de acordo com a Resolução 3.823 de 16 de dezembro de 2009 e Carta Circular nº 3.429 de 11 de fevereiro de 2010 do BACEN, e a valorização de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Filial revisa as estimativas e premissas pelo menos mensalmente.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Caixa e equivalentes de caixa

Consideram-se caixa e equivalentes de caixa as disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez, com prazo de vencimento igual ou inferior a noventa dias contados da data de sua emissão, cujos rescaldos podem ser convertidos imediatamente em caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança em seu valor.

Em 30 de junho de 2010 e 2009, o caixa e equivalentes de caixa estavam compostos por:

	2010	2009
Caixa e equivalentes de caixa	1.843	1.308
Disponibilidades	89.996	459.996
Aplicações interfinanceiras de liquidez	91.841	461.304

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização quando aplicável.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos classificados para negociação e os disponíveis para venda são avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os títulos para negociação estão classificados no ativo circulante, independente do prazo de vencimento.

Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados para negociação são reconhecidos no resultado do período.

Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada de patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sendo transferidos para resultado do período quando da efetiva liquidação, por meio da venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários.

Em 30 de junho de 2010 e 2009 não havia títulos classificados como mantidos até o vencimento.

d) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (hedge) ou não, nos termos da Circular nº 3.082/02, do Banco Central do Brasil, e regulamentações supervenientes.

As transações com instrumentos financeiros derivativos realizadas para atender necessidades de clientes ou em operações por conta própria, que não observam os critérios de proteção estabelecidos na Circular nº 3.082/02 e regulamentações supervenientes, são avaliadas pelo seu valor de mercado e os ganhos e as perdas são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a riscos de moeda, taxa de juros ou para modificar a característica de ativos e passivos financeiros, cujas alterações no seu valor de mercado estejam diretamente correlacionadas com as alterações no valor de mercado dos itens objeto de proteção, desde o início e ao longo da vida do contrato, são classificados de acordo com a sua natureza:

- Hedge de risco de mercado** - Destina-se a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de "hedge" e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do período.

- Hedge de fluxo de caixa** - Destina-se a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida à conta destacada de patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários. Os respectivos itens objeto de "hedge" são ajustados pelo valor de mercado na data do balanço. Em 30 de junho de 2010 e 2009, a Filial não possuía instrumentos financeiros derivativos classificados nessa categoria.

e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 90 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações reconhecidas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As negociações de operação de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da negociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, conforme demonstrado na Nota 8b.

f) Permanente

As participações acionárias, não destinadas à manutenção da Filial, e títulos patrimoniais, estão apresentados pelo seu valor de custo. O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido pela depreciação acumulada. A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear, com base no prazo de vida útil estimado dos bens. As taxas de depreciação anual são: 10% para móveis, utensílios, equipamentos de comunicação, sistema de segurança e instalações; 20% para veículos e 20% para equipamentos de processamento de dados.

O diferido é representado por gastos com aquisição e desenvolvimento de "softwares", amortizados no prazo de cinco anos ou em função dos respectivos prazos contratuais.

g) Redução ao valor recuperável dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventuais ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

h) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, foram atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações foram refletidas no resultado do semestre.

i) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente aos limites fiscais estabelecidos. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro líquido ajustado pelos itens definidos em legislação específica. Os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social apurados em exercícios anteriores são compensados respeitado o limite de 30% do lucro tributável.

j) Apuração de resultado

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, observado o critério "pro rata temporis" para as despesas e receitas de natureza financeira.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O gerenciamento e o acompanhamento das exposições aos riscos de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional são efetuados por áreas independentes de forma consolidada com o setor de risco do Banco.

- Risco de mercado** - A área responsável pelo gerenciamento do risco de mercado (MRM) está subordinada à Diretoria responsável pelos riscos do Conglomerado. A possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de operações detidas pelo Conglomerado, são gerenciadas através de estrutura que contempla políticas, processos, procedimentos e sistemas necessários, para identificar, mensurar, monitorar e controlar a exposição ao risco de mercado. As exposições decorrentes das flutuações nas taxas de juros, câmbio e preços de ativos financeiros são administradas utilizando-se a metodologia do "Value at Risk", aplicação de "Stress Testing" com base em cenários históricos e hipotéticos e limites estabelecidos pela administração do Banco, dentre outros, com acompanhamento diário das exposições para cada tipo de risco de mercado. Desta forma, a exposição a riscos é mantida de acordo com os limites estabelecidos pelo Banco.

- Risco de crédito** - As exposições a eventuais perdas decorrentes de inadimplência de contrapartes são minimizadas mediante rigoroso controle de processo de aprovação de crédito, considerando a avaliação econômico-financeira da contraparte e das empresas associadas ao seu grupo econômico, as condições do mercado de atuação, ambiente regulatório, reputação dos administradores, bem como limites de crédito estabelecidos pela administração da Filial, dentre outros.

- Risco de liquidez** - As exposições decorrentes de descasamentos de prazos entre ativos e passivos e moedas de liquidação são administradas através da simulação de cenários nas condições de liquidez e manutenção de limites mínimos de liquidez estabelecidos pela administração da Filial, dentre outros; e

- Risco operacional** - a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência, ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos são gerenciadas através de estrutura criada com essa finalidade, que contempla instrumentos de identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de riscos operacionais desenvolvidos pela Matriz (Amsterdã, Holanda). A Administração da Filial participa ativamente no processo de implementação e manutenção desta estrutura, estabelecendo regras e mandatos que atribuem deveres e responsabilidades e disseminam a política de risco operacional aos diversos níveis da Filial. Para o cálculo da parcela referente ao risco operacional, definida pela Circular nº 3.383/08 do Banco Central do Brasil, foi adotada a metodologia de Abordagem do Indicador Básico. O relatório da estrutura de gerenciamento de risco operacional está disponível na sede da Filial.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

A carteira de aplicações interfinanceiras de liquidez é composta por operações compromissadas no montante de R\$ 89.996 (R\$ 459.996 em 2009), lastreadas em títulos públicos, com vencimentos em três meses, certificados de depósitos interfinanceiros no montante de R\$ 55.539 (R\$ 369.318 em 2009), com vencimentos em até três meses, e aplicações em moeda estrangeira no montante de R\$ 172.665 (R\$ 182.588 em 2009) com vencimento em até três meses.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A composição da carteira de títulos e valores mobiliários, o custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, o valor de mercado, e a segregação por faixas de vencimento, estão demonstradas como segue:

Títulos e valores mobiliários	De		Valor		2010	
	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	contábil/ mercado	Custo atualizado	2010	2009
Carteira própria para negociação						
Letras do Tesouro Nacional	133.948	94.269	228.217	228.598		
Notas do Tesouro Nacional - Série F	321.966	-	321.966	322.012		
Disponíveis para venda						
Notas Promissórias	163.979	-	163.979	163.862		
Vinculados a compromissos de negociação	619.893	94.269	714.162	714.472		
Notas do Tesouro Nacional - Série F	-	8.702	8.702	8.736		
Vinculados à prestação de garantias para negociação	-	8.702	8.702	8.736		
Letras do Tesouro Nacional	-	45.947	45.947	46.143		
Total	-	45.947	45.947	46.143		

Títulos e valores mobiliários	De		Valor		2009	
	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	contá			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 30 DE JUNHO DE 2010 E 2009
 (Em milhares de Reais)

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

A composição de "Outras obrigações - diversas" está demonstrada como segue:

Obrigações diversas	2010		2009	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Provisão para despesas de pessoal	4.185	680	2.920	1.521
Provisão para contingências trabalhistas (Nota 15b)	-	2.066	-	1.881
Provisão para contingências - BACEN (Nota 15b)	-	5.537	-	5.291
Diversos	2.728	728	2.611	-
Total	6.913	9.011	5.531	8.693

15. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes: em 30 de junho de 2010 e 2009, não foram reconhecidos ativos contingentes e não há processos classificados como prováveis de realização.

b) Passivos contingentes: a Filial possui processos administrativos e judiciais, de natureza tributária, trabalhista e cível, movidos por ex-funcionários e órgãos reguladores e a provisão para contingência é constituída com base na avaliação de assessores legais externos, que levam em consideração a probabilidade de desembolso de recursos financeiros para a liquidação dessas obrigações. Em 30 de junho de 2010, as provisões constituídas são consideradas suficientes para atender a eventuais perdas decorrentes de decisões desfavoráveis ao final desses processos.

	31/12/2009		30/06/2010	
	Adições	Reversões	Adições	Reversões
Trabalhistas	2.094	522	(550)	2.066
Outras - BACEN	5.416	121	-	5.537
Total	7.510	643	(550)	7.603

Totais passivos contingentes 31/12/2009 **6.756** Adição **540** Reversão **(124)** 30/06/2010 **7.172**

c) Obrigações legais: representadas, basicamente, por exigíveis relativos às obrigações de natureza tributária relacionados à Contribuição Social, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão e classificadas na rubrica Provisão para Riscos Fiscais (nota 13).

d) Depósitos judiciais: correspondem, basicamente, a processos judiciais relativos a obrigações legais de natureza tributária descritas no item anterior. Os principais valores depositados estão relacionados à dedução da despesa de Contribuição Social da base de cálculo do imposto de renda, no montante de R\$ 20.872 (R\$ 17.081 em 2009 e R\$ 8.193 referente à diferença de alíquota da Contribuição Social). O saldo remanescente é composto, basicamente, por depósitos administrativos para interposição de recursos fiscais e depósitos trabalhistas.

16. OPERAÇÕES VINCULADAS

As operações ativas amparadas pela Resolução BACEN nº 2.921/02 e normas posteriores estão assim representadas:

Descrição	2010		2009	
	Ativo	Passivo (Despesa)	Ativo	Passivo (Despesa)
Ativos vinculados	243.464	-	19.845	-
Empréstimos do exterior	-	293.036	(28.297)	-

Aos administradores do

ING Bank N.V. (Filial de São Paulo)
 São Paulo - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) levantados em 30 de junho de 2010 e 2009, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes aos semestres findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

17. CAPITAL SOCIAL

O capital social da Filial corresponde a investimentos da Matriz, acrescido de lucros capitalizados e das reservas incorporadas ao capital.

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Filial possui saldo de crédito tributário de CSLL referente ao art. 8º da MP 2.158-35/01 de R\$ 296.156,75. Adicionalmente, possui créditos tributários, não ativados de acordo com os termos da Resolução nº 3.059/02 e alterações introduzidas pela Resolução nº 3.355/06, no montante de R\$ 41.546 (R\$ 27.573 em 2009).

A apuração do resultado de imposto de renda e contribuição social está demonstrada como segue:

Apuração de imposto de renda e contribuição social	2010		2009	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos impostos e participações	24.118	24.118	44.523	44.523
(-) Participações nos resultados	(409)	(409)	(155)	(155)
Resultado antes dos impostos ajustado	23.709	23.709	44.368	44.368
Adições ou exclusões temporárias	5.915	9.391	(32.726)	(31.355)
Adições ou exclusões permanentes	9	4	55	47
Compensação prejuízo fiscal/base negativa	(8.890)	(9.931)	(3.509)	(3.918)
Base tributável	20.743	23.173	8.188	9.142
IR e CS (alíquota de 15%)	(3.111)	(3.476)	(1.228)	(1.371)
Adicional de IR (alíquota de 10%)	(2.062)	-	(807)	-
Redução por incentivos fiscais	82	-	49	-
Outros ajustes	62	(107)	-	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(5.029)	(3.583)	(1.986)	(1.371)

19. OPERAÇÕES RELEVANTES COM PARTES RELACIONADAS

As operações efetuadas com partes relacionadas foram realizadas com base em condições usualmente praticadas pelo mercado e os saldos estão demonstrados como segue:

Ativo/passivo	2010	2009
Disponibilidades	525	392
Aplicações em moedas estrangeiras	172.865	182.588
Rendas a receber	10	9
Outros créditos - adiantamentos	31	43
Outros créditos - câmbio	412.739	753.919
Depósitos à vista	(274)	(734)
Depósitos interfinanceiros	(233.959)	(238.824)
Depósitos a prazo	(2.439)	(11.607)
Obrigações por operações compromissadas	(3.682)	(850)
Empréstimos no exterior	(664.825)	(693.649)
Outras obrigações - câmbio	(379.813)	(726.037)

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendem: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Banco; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do Banco, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do ING Bank N.V. (Filial de

Receitas/(despesas)

	2010	2009
Resultado de câmbio	17.017	(80.570)
Outras receitas operacionais	11.969	444
Despesas de depósitos a prazo	(64)	(882)
Despesas de operações compromissadas	(174)	(153)
Despesas com depósitos interfinanceiros	(10.323)	(12.427)
Resultado de empréstimos no exterior	(45.633)	287.751
Resultado obrigações com banqueiros exterior	7.760	(21.934)

As mencionadas operações foram realizadas, basicamente, com ING Correlora de Câmbio e Titulos S.A., ING Capital Markets LLC e ING Bank N.V. Amsterdã em condições e taxas normais de mercado.

A remuneração total do pessoal chave da administração para o semestre findo em 30 de junho de 2010 foi de R\$ 1.398 (R\$ 2.089 em 2009) de remuneração fixa, e de R\$ 880 (R\$ 5.841 em 2009) de remuneração variável, consideradas como benefício de curto prazo.

20. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

a) As garantias prestadas no País somam o montante de R\$ 85.953 (R\$ 73.833 em 2009).

b) A exigência de patrimônio líquido é apurada de forma consolidada, considerando as entidades financeiras do Grupo ING, nos termos da Resolução nº 2.283/96, do Conselho Monetário Nacional e alterações posteriores. Em 30 de junho de 2010, o valor do patrimônio de referência exigido (FRE) correspondia a 18,87 % do valor do patrimônio de referência ajustado (19,23% em 2009).

c) A Filial patrocina a complementação de aposentadoria de seus empregados através de um Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), estruturado no regime financeiro de capitalização e na modalidade de contribuição definida. As despesas com contribuições efetuadas pela Filial durante o semestre findo em 30 de junho de 2010 totalizaram R\$ 18 (R\$ 78 em 2009).

d) Outras despesas administrativas correspondem basicamente a despesas de processamento de dados R\$ 2.065 (R\$ 2.445 em 2009), serviços do sistema financeiro nacional R\$ 250 (R\$ 746 em 2009), alugueis R\$ 1.088 (R\$ 2.374 em 2009), serviços técnicos especializados R\$ 1.337 (R\$ 1.731 em 2009), serviços de terceiros R\$ 769 (R\$ 716 em 2009), despesas com comunicação R\$ 432 (R\$ 645 em 2009) e despesa com manutenção e conservação R\$ 360 (R\$ 399 em 2009).

e) Outras receitas operacionais correspondem, basicamente, à recuperação de encargos e despesas administrativas R\$ 16.615 (R\$ 12.716 em 2009). Em 30 de junho de 2009 o montante de R\$ 299.294 refere-se à variação cambial sobre obrigações.

f) Outras despesas operacionais correspondem, basicamente, às atualizações de riscos fiscais R\$ 411 (R\$ 986 em 2009). Em 30 de junho de 2009 o montante de R\$ 34.802 refere-se à reclassificação de variação cambial sobre aplicações em moeda estrangeira e R\$ 5.863 de outras provisões operacionais.

A DIRETORIA

RICARDO ELI OTANI - CONTADOR - CRC 1SP221880/O-6

São Paulo) em 30 de junho de 2010 e 2009, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa referentes aos semestres findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 19 de agosto de 2010.

ERNST & YOUNG

 Auditores Independentes S.S.
 CRC-2SP015199/O-6

 Eduardo Braga Perdigão
 Contador CRC-1CE013803/O-8 "S"-SP